



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639946 - RS (2021/0012202-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO RODRIGUES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO RODRIGUES - RS093735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANDERSON RASQUINHA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON RASQUINHA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5069886-93.2020.8.21.7000).

O paciente foi preso em flagrante em 3/11/2020, pela suposta prática do crime de roubo majorado, cuja prisão foi posteriormente convertida em preventiva.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o impetrante que haveria constrangimento ilegal na espécie, haja vista que a prisão decretada careceria de elementos concretos, não tendo sido demonstrada a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Entende que ante a ausência de indícios de autoria evidentes em desfavor do paciente, e as circunstâncias pessoais, a segregação poderia ser substituída por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ou a substituição por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos explicitados pelo colegiado impetrado que, em princípio, mostram-se concretos, aduzindo que *"já na primeira oportunidade transparecia a legalidade da prisão, baseada na necessidade de se garantir a ordem pública, tendo em vista a periculosidade do agente desvelada pela gravidade concreta do crime imputado – roubo a pedestre, em plena luz do dia, praticado em concurso de agentes e com emprego de arma de fogo, a vítima tendo sido abordada por dois homens que tripulavam um veículo modelo Kadett, e lhe subtraíram telefone celular –, fundamento adotado pela magistrada na decisão que converteu a prisão em preventiva, e a consequente improcedência da pretensão libertária"* (fl. 30).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência